



Câmara Municipal de Guarujá

ASSESSORIA DE IMPRENSA

A Tribuna
Quinta-Feira, 07 de Maio de 2009

“ Quem fecha uma
maternidade (Ana
Parteira) não pode falar
de sensibilidade feminina”.

Luís Carlos Romazzini (PT), vereador de Guarujá, em mais uma crítica à prefeita Maria Antonieta de Brito (PMDB).



SANEAMENTO BÁSICO. Ideia é criar um órgão metropolitano para fiscalizar a Sabesp

Câmara de Guarujá quer nova agência reguladora

TADEU FERREIRA JR.

DA REDAÇÃO

A Câmara de Guarujá iniciou um movimento para fomentar a criação da Agência Reguladora de Saneamento dos Municípios do Litoral Paulista. O órgão seria para fiscalizar as empresas que prestam serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário (como a Sabesp) e também de limpeza urbana. O pontapé inicial foi dado na última terça-feira, com a aprovação unânime, pelos vereadores, de uma comissão para analisar o assunto.

Autor do projeto de resolução nº 24, que instituiu a comissão, o presidente do Legislativo, José Carlos Rodriguez (DEM) salientou que, a partir da aprovação, o primeiro passo será procurar as câmaras de vereadores de todas as cidades do litoral e Vale do Ribeira em busca de apoio político. Três dos cinco parlamentares guarujenses que comandarão os estudos – que deverão durar até seis meses – já foram definidos: o próprio Rodriguez, Arnaldo do Nascimento (PDT) e Antônio Addis Filho (PV).

O presidente admitiu que a ideia surgiu a partir dos problemas que o Município enfrenta junto à Sabesp. Em janeiro deste ano o juiz da 3ª Vara de Guarujá, Gustavo Alvarez, aplicou multa de R\$ 100 mil por



Vereadores aprovaram a criação de comissão para analisar o assunto

Direito

“Vários juristas já deixaram claro que cabe aos municípios administrar o saneamento básico”.

José Carlos Rodrigues, vereador

dia à estatal em razão de a água fornecida conter coliformes fecais acima do permitido pela legislação. A determinação é fruto de ação impetrada pela ONG Príncipios.

“Hoje a Sabesp, do Estado, é fiscalizada por uma agência reguladora do próprio Estado de São Paulo. Isso não é justo”, disse Rodriguez.

COMO SERIA

A agência reguladora uniria cidades numa espécie de consórcio. Conforme exemplificou Rodriguez, o órgão regional teria o poder de questionar o valor das tarifas e comandar processos licitatórios dos serviços de saneamento nas cidades.

Em razão do caráter fiscalizatório, o vereador sugeriu que as próprias câmaras municipais indiquem seus representantes na futura agência, que além dos entes políticos não deixaria de ter técnicos capazes de deba-

Arsesp

A Sabesp informou que atualmente é fiscalizada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arsesp), uma autarquia que opera por meio de convênios com municípios e regiões metropolitanas do Estado. A empresa não se manifestou a respeito da proposta da Câmara de Guarujá.

ter com as empresas, quando necessário.

“Vários juristas já deixaram claro que cabe aos municípios administrar o problema do saneamento básico. Precisamos exercer isso. Hoje a Sabesp cobra, faz o serviço, faz tudo. E quem fiscaliza? Com a agência é possível ter mais justiça”, destacou o vereador, lembrando que o apoio dos prefeitos é essencial para a criação da agência reguladora.

Consultada a respeito da iniciativa, a Prefeitura de Guarujá informou, via assessoria de imprensa, que desconhece a intenção do Legislativo e por isso aguardará para se manifestar.



POLÍTICA. Decisão no Senado mantém o valor do repasse das prefeituras às câmaras

CCJ do Senado aprova redução de despesas nos legislativos

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Com o objetivo de reduzir o limite de gastos das câmaras municipais no País, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, o voto separado de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 47/2008 – a chamada PEC dos vereadores –, de autoria do senador César Borges (PR-BA).

A decisão causou a preocupação dos presidentes das casas legislativas da Baixada Santista e pode concretizar a promulgação da emenda 336/2009, que aumenta em 7.343 o número de vereadores no País, sendo 57 novas cadeiras na região.

Na pauta de ontem, seria analisado o substitutivo preparado pelo relator da matéria original, Valter Pereira (PMDB-MS), que criaria uma regra que fixava os gastos das câmaras, mas foi deixada de lado.

A medida aprovada manterá o limite do repasse da receita líquida das prefeituras – calculada com base na receita tributária (impostos mais transferência de verbas) – às casas legislativas conforme o contin-

Orçamento previsto - 2009

	Prefeitura (em R\$ milhões)	Câmara (em R\$ milhões)
Bertioga	199.324	7.200
Cubatão	801.827	34.352
Guarujá	699.895	25.230
Itanhaém	174.622	4.800
Mongaguá	102.075	3.990
Peruibe	133.291	3.529
Praia Grande	590.703	14.100
Santos	1.134.000	46.280
São Vicente	400.000	10.506

Fonte: Prefeituras e câmaras da Baixada Santista

definidas seis faixas percentuais de proporcionalidade do cálculo da composição (ver tabela). Agora, a PEC 47 segue para votação no Senado. Caso haja modificação, volta para nova análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

DESAFIO

O chefe do Legislativo de São Vicente, Paulo Lacerda (PSB), o Paulinho Alfaiate, explica que atualmente o orçamento da Casa é enxuto e qualquer redução dos repasses poderá prejudicar a estrutura, principalmente se a emenda, que trata da ampliação de vagas nas

Em Peruibe, a preocupação é a mesma. "Acho importante fazer cálculos para saber os impactos dessa medida. Estamos aqui para superar desafios", ressalta o presidente da Câmara, Antônio Francisco Ricardo (PR), o Toninho do Frango.

"O jeito é se adequar às mudanças, caso elas ocorram. Temos um orçamento enxuto, mas o nosso trabalho é eficaz. Num primeiro momento, qualquer alteração nos assusta", afirma o representante de Bertioga, Antônio Rodrigues Filho (DEM).

Quem compartilha a mesma opinião é José Carlos Rodri-

Comparação

>>Legislação atual

População	Repasse da Prefeitura à Câmara
Até 100 mil	8%
Entre 100.001 e 300 mil	7%
Entre 300.001 e 500 mil	6%
Acima de 500 mil	5%

>>Proposta da PEC

População	Repasse da Prefeitura à Câmara
Até 100 mil	7%
Entre 100.001 e 300 mil	6%
Entre 300.001 e 500 mil	5%
Entre 500.001 e 2 milhões	4%
Entre 2.000.001 e 8 milhões	3%
Acima de 8 milhões	2%

"Uma análise profunda da situação deve ser feita antes de tomar essa decisão, que pode prejudicar câmaras que atuam com seriedade em prol da população".

Caso a diminuição do orçamento ocorra, a saída apontada pelo presidente do Legislativo, em Mongaguá, Walimir Wiazowski (DEM), é continuar cortando gastos via revisão de contrato. O mesmo discurso é adotado pelo chefe da Câmara em Cubatão, José Roberto Azzoli-

PEC 336 prevê aumento de vereadores

Apesar do aumento do número de vereadores previsto na PEC 336/2009, ela aponta que as Câmaras devem continuar a receber o mesmo montante de verba, sem aumentar os gastos com a criação de cargos. Mas os presidentes dos parlamentos da região não acreditam que tal medida seja possível.

O chefe do Legislativo em Santos, Marcus De Rosis (PMDB), é enfático ao dizer que é contrário ao aumento do número de vereadores, porque, no caso da Cidade, seria necessário bancar o salário de

mais seis vereadores, 18 assessores, mais despesas de gabinete. "É um absurdo tomar uma atitude dessa neste momento. Por essas razões, o Congresso é um verdadeiro circo", critica.

Assim como em Santos, Itanhaém precisaria alugar salas para acomodar os novos vereadores, como afirma o presidente da Câmara Municipal, José Renato Costa de Oliva (PSDB). "Teríamos de mudar para outro prédio. A hora é de economizarmos e da Prefeitura utilizar o dinheiro que sobra para investimentos na Cidade", opinou.

TRANQUILIDADE

O presidente do Legislativo de Praia Grande, Katsu Yonamine (PSDB), afirmou que é favorável ao aumento do número de vereadores, porque o Município seria melhor representado. Por receber apenas 2,39% do orçamento municipal – o máximo é de 6% –, ele se diz tranquilo em relação a essa questão.

"Nos últimos anos, temos devolvido dinheiro à Prefeitura. Acredito que as mudanças não trariam um impacto grande para a casa", declarou.

Mais cadeiras

Cidade	Número atual	Com a PEC
Bertioga	9	13
Cubatão	11	19
Guarujá	15	21
Itanhaém	10	17
Mongaguá	9	13
Peruibe	10	15
Praia Grande	13	21
Santos	17	23
São Vicente	15	23
Baixada Santista	109	165



Baixada tem quase 5 mil títulos eleitorais cancelados

Situação na região

Município/Região	Nº de eleitores	Passível de cancelamento	Cancelados
Bertioga	35.496	172	165
Cubatão	91.693	322	306
Guarujá	203.877	842	790
Itanhaém	60.763	321	302
Mongaguá	33.428	202	197
Peruíbe	46.876	339	313
Praia Grande	155.682	702	667
Santos	312.201	1.211	1.150
São Vicente	234.473	1.086	1.032
Baixada	1.174.489	5.197	4.922
São Paulo	29.143.285	154.513	145.494

DA REDAÇÃO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anunciou ontem o cancelamento de 4.922 títulos de eleitores na Baixada Santista. O motivo é a falta de comparecimento nos três últimos turnos de eleição.

Ficar sem o título de eleitor impede de poder votar nas eleições de 2010, se inscrever em concursos públicos e tirar passaportes.

Para resolver essa pendência, o eleitor deve apresentar no cartório eleitoral a que pertence, o seu título, documento de identificação oficial com foto (RG, carteira de habilitação ou carteira de trabalho), além do comprovante de residência. Os cartórios funcionam das 11 às 17 horas.

O mesmo vale para os 5.197 cidadãos residentes na região, que estão com títulos passíveis de cancelamento por conta de faltas nas eleições. As cidades que tiveram o maior número de faltosos na Baixada foram Santos, com 1.150 cancelamentos e 1.032 em São Vicente. Mais informações no site www.tse.gov.br.



Óleo vaza para o mar em Vicente de Carvalho

TADEU FERREIRA JR.
DA REDAÇÃO

Um acidente durante o desabastecimento de uma barcaça carregada de óleo lubrificante retirada de navios do Porto de Santos resultou no derramamento de cerca de 600 litros do produto às margens do canal do estuário no final da manhã de ontem. O rápido trabalho de contenção, em Vicente de Carvalho, Guarujá, evitou a dispersão do lubrificante.

Ainda assim, 250 metros de extensão da água foram isolados ao longo da margem. Engenheiro da Cetesb, César Padovan Valente avaliou que não houve grandes estragos ambientais. Ele aguardava a conclusão dos trabalhos, comandados por duas empresas especializadas, para definir as autua-

ções a serem aplicadas aos responsáveis pelo acidente, posição adotada também pelo secretário de Meio Ambiente de Guarujá, Élio Lopes.

O administrador da empresa responsável pelos trabalhos, José Luiz Ferreira, disse que o acidente aconteceu com a barcaça de prefixo GB-75. Segundo ele o vazamento se deu quando o conector da mangueira usada para levar o óleo a um caminhão se soltou durante a operação de esvaziamento do tanque.

Foram atingidos estaleiros, a sede de uma colônia de pesca e os pontos de travessia das barcas da Dersa e das caíraias que realizam o transporte de passageiros até o Centro de Santos.



A rapidez para conter o óleo evitou que o dano atingisse área maior